



Séries de aprendizagem online: 5ª Sessão

Acção colectiva transformadora de género para pôr termo ao casamento infantil

Principais conclusões

- Só podemos pôr termo ao casamento infantil¹ se abordarmos as **causas profundas da desigualdade de género**, e não alcançaremos a igualdade de género se não abordarmos o casamento infantil² : a acção colectiva transformadora de género é a forma de o fazer.
- **As abordagens que não são transformadoras de género** podem ter pouco, ou mesmo um impacto negativo no bem-estar, segurança e agência das raparigas e não irão avançar ou acelerar de forma sustentável o progresso no casamento infantil.
- Acção transformadora de género (ATG):
 - Significa transformação das normas sociais e mudança de comportamento e políticas, instituições, práticas económicas e serviços transformadores que centram a igualdade de direitos das mulheres e raparigas em toda a sua diversidade.
 - É necessário para **enfrentar o desafio global de acelerar o progresso** em quinze para atingir o Objectivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) de zero casamento infantil até 2030.
 - Requer as **competências, conhecimentos e liderança** de indivíduos e organizações. Estes podem ser construídos através de uma **jornada transformadora de género**,³ que requer um investimento e apoio sustentados.

Definição de acção colectiva transformadora de género:

- A acção colectiva transformadora de género significa abordar as causas profundas da desigualdade de género:
 - Promoção de normas positivas
 - Fomentar a análise crítica das desigualdades e dos papéis, normas e dinâmicas de poder do género
 - Transformar as estruturas sociais, políticas e comportamentos subjacentes que perpetuam e legitimam a desigualdade de género

"Quando se corta uma árvore a partir das raízes, então ela não voltará a crescer. Quando se corta um ramo, ele voltará a crescer."

- A ATG precisa de ser sensível ao contexto e informada por uma compreensão da interseccionalidade.⁴ Isto significa reconhecer a diversidade da experiência vivida e das

¹ Neste documento, utilizamos o termo "casamento infantil" para nos referirmos a todas as formas de casamento infantil, precoce e forçado e uniões em que pelo menos uma das partes tem menos de 18 anos de idade.

² *Girls Not Brides, 2020, Ending child, early and forced marriage and unions is crucial to gender equality*, <https://bit.ly/3VjppFl>

³ O Guia de Facilitação da Organização da Sociedade Civil para uma jornada transformadora de género que é uma adaptação da Ferramenta Aceleradora ATG para Pôr termo ao Casamento Infantil do Programa Global do UNFPA-UNICEF e o programa piloto foi desenvolvido em 2022 pela *Girls Not Brides* em Moçambique e na Nigéria. Será publicado em 2023.

⁴ *Girls Not Brides, 2022, An intersectional approach to end child marriage*, <https://bit.ly/3Vp6t8b>

identidades de género, e que o risco de casamento infantil é maior para alguns indivíduos do que para outros.

- Os seis elementos centrais para a ATG⁵ são:
 1. Competências, agência e liderança de raparigas adolescentes
 2. Ambiente propício, mobilização familiar e comunitária
 3. Abordagem da masculinidade, envolvendo homens e rapazes
 4. Serviços e colaboração multi-sectorial
 5. Políticas e leis, mudanças estruturais, parcerias institucionais
 6. Abordagem das normas e desigualdades de género, integrando isto em todo o trabalho transformador de género
- A acção colectiva está no centro de uma abordagem baseada nos direitos e abrangente para catalisar a mudança a nível individual e institucional, incluindo a acção colectiva:
 - Colaboração multi-sectorial para serviços públicos transformadoras de género, incluindo educação, saúde e protecção social.
 - Transformação de normas sociais discriminatórias, papéis de género e dinâmicas de poder para criar alternativas ao casamento infantil, e criar as condições para as raparigas e mulheres possam exercerem os seus direitos de forma segura e digna.

Casamento infantil e igualdade de género

- O compromisso da *Girls Not Brides* vai além de um mundo sem casamento infantil, para um mundo onde raparigas e mulheres gozam do mesmo estatuto que rapazes e homens, e podem alcançar todo o seu potencial.
- As mulheres em África experimentam alguns dos mais altos níveis de discriminação do mundo, incluindo baixos níveis de poder de decisão na família. Quando as famílias também sofrem de pobreza e/ou crise, poucas raparigas podem escolher se querem, quando e com quem casar.⁶
 - 16% das mulheres concordam que é aceitável que o seu cônjuge seja o único responsável pelas decisões sobre dinheiro, incluindo o dinheiro que ganharam.
 - As mulheres passam em média quatro vezes mais tempo do que os homens em responsabilidades de cuidados.
 - Embora a aceitação da violência doméstica tenha diminuído ligeiramente nos últimos 10 anos, quase metade das raparigas e das mulheres acreditam que um marido pode ter justificação para bater na sua mulher.

⁵ The UNFPA-UNICEF Global Programme to End Child Marriage, 2019, *Technical Note on Gender-transformative approaches*, <https://uni.cf/3u46Fh4>

⁶ Instituições Sociais e Índice de Género (SIGI), 2021, *Relatório Regional para África*, <https://bit.ly/3Ohr9Wm>

- Para pôr termo ao casamento infantil até 2030 (para atingir o objectivo do ODS) ou 2063 (para atingir o objectivo da União Africana), o progresso em África precisa de acelerar significativamente.⁷
 - A prevalência em 2030 será de 35% para a Região da África Ocidental e Central e 27% para a Região da África Oriental e Austral.⁸
 - É necessária uma aceleração anual de 26,5% e 31,4% em Moçambique e na Nigéria, respectivamente, para atingir o objectivo zero até 2030.
 - Seis das 10 sociedades mais desiguais do mundo em termos de género encontram-se em África e são consideradas frágeis.⁹ As provas mostram o impacto da COVID-19, conflito e crise climática na pobreza, insegurança alimentar e a circulação de pessoas aumentou o número de raparigas em risco de casamento infantil.

Riscos de NÃO adoptar uma abordagem transformadora de género

- O casamento infantil continuado devido à falta de alternativas, que só podem ser criadas através da mudança dos sistemas, serviços e políticas para apoiar às escolhas das raparigas em torno do casamento, família, autonomia corporal e emprego.
- O casamento infantil é conduzido na clandestinidade ou substituído por uniões informais quando a idade mínima legal do casamento é aumentada sem se abordar as causas fundamentais do casamento infantil. Esta abordagem pode também atrasar a idade do casamento, mas fazer pequenas alterações ao poder de decisão, estatuto e segurança das raparigas e adolescentes.
- Aqueles que desafiam o status quo correm um risco acrescido de contra-ataque se o necessário ambiente propício ou apoio envolvente não forem postos em prática para o activismo e a advocacia.
- O progresso é frágil quando os ganhos são dados como concessões no dom dos que detêm o poder, em vez de se seguir uma abordagem baseada nos direitos.
- A responsabilidade pela mudança é injustamente colocada sobre as raparigas com menos poder, menos tempo e menos recursos disponíveis para provocar a mudança.
- O poder e privilégios desiguais existentes podem ser reforçados se o envolvimento com instituições e indivíduos em posições de poder não for informado por uma compreensão profunda e contextual das relações de poder.
- O corpo e o futuro das raparigas podem ser mercantilizados - através do aumento do valor do dote - se a sua educação não for acompanhada de acções para expandir a sua autonomia e poder de decisão.

A ATG na prática: Um exemplo do Quênia, Tanzânia e Uganda de como transferir poder e recursos para catalisar o impacto para as raparigas

⁷ UNICEF, 2022, *Towards ending harmful practices in Africa: Uma visão estatística do casamento infantil e da mutilação genital feminina*, <https://bit.ly/3VxIWCI>

⁸ UNICEF, 2022, *Casamento Infantil na África Ocidental e Central: Uma panorâmica estatística e reflexões sobre o fim da prática*, <https://bit.ly/3Uc6z1r>

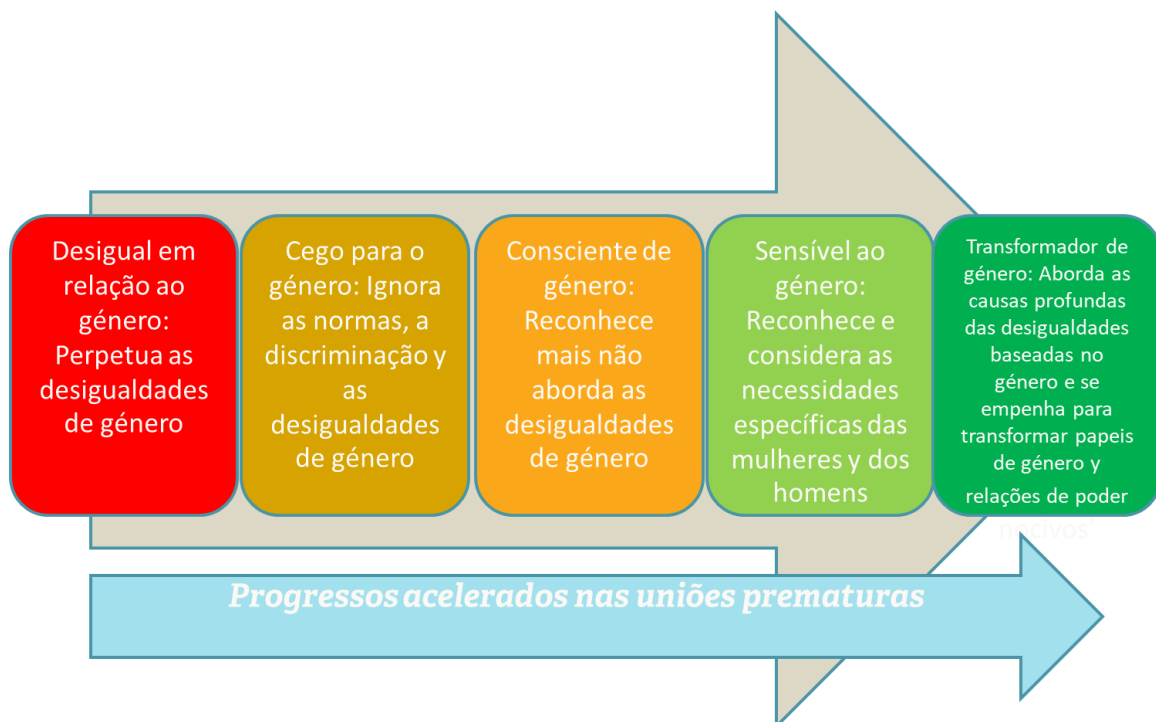
⁹ Chade, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Mali, Níger e Serra Leoa; p11 Estados de Fragilidade (2018) OCDE <https://bit.ly/3OPWZiG>

- As Parcerias Nacionais e coligações da *Girls Not Brides* no [Quênia, Tanzânia e Uganda](#) utilizaram uma abordagem de ecossistema para centrar o agenciamento e a voz das raparigas, e transformar normas e sistemas sociais e económicos para criar alternativas ao casamento infantil. Concentraram a sua atenção em:
 - Envolver os rapazes e os homens, líderes tradicionais e religiosos e grupos de jovens para transformar masculinidades prejudiciais e falar contra a discriminação de género e o casamento infantil.
 - Advocacia para influenciar políticas, orçamentos e instituições apoiadas por evidência e uma relação positiva com os meios de comunicação social, conduzindo a uma segunda estratégia nacional sobre o fim do casamento infantil e da gravidez em tenra idade no Uganda.
 - Formação e apoio a uma rede de jovens defensores que se pronunciam contra o casamento infantil nas suas comunidades.

Melhorar a prática da ATG: Jornada transformadora de género da *Girls Not Brides* em Moçambique e na Nigéria

- A jornada transformadora de género da *Girls Not Brides* foi implementada na forma piloto em Moçambique e na Nigéria com a Coligação para Eliminação dos Casamentos Prematuros ([CECAP](#)) Moçambique e a [Coligação](#) Nacional de Organizações da Sociedade Civil para Pôr fim ao Casamento Infantil na Nigéria, apoiada pelo UNICEF com financiamento da Iniciativa Spotlight da UE-ONU.
- A *Girls Not Brides* e os membros adaptaram a [Ferramenta Aceleradora da ATG](#) da UNFPA/UNICEF para desenvolver uma jornada ATG para organizações da sociedade civil (OSC) que apoia a reflexão crítica baseada em workshops e o planeamento de acções para pôr fim ao casamento infantil.

Prevalência de casamento infantil:
43% para a Nigéria
53% para Moçambique



- Esta jornada ATG constrói as competências, conhecimentos e liderança dos profissionais individuais e da Parceria Nacional ou coligação para analisar a sua posição no continuum de integração do género, com vista a reforçar a sua acção colectiva transformadora de género.
 - A jornada ATG documentada no Guia de facilitação passo a passo da OSC¹⁰ constrói a consciência de género e competências para reflectir criticamente sobre o impacto das normas de género, papéis e relações desiguais de poder. Isto apoia as acções colectivas das OSC a escolher as prioridades e abordagens de advocacia que mais eficazmente transformam e ultrapassam as barreiras entre raparigas, mulheres e minorias de género e os seus direitos, agência e autonomia, construindo alternativas ao casamento infantil e o poder de escolha se pretende, quando e com quem casar.
- Incluído na jornada de ATG está o Quadro de Avaliação de Auto-avaliação da *Girls Not Brides*, uma ferramenta que promove a "análise de saúde" organizacional quanto à ATG, uma vez que a acção da ATG requer a prática organizacional da ATG.

¹⁰ O Guia de Facilitação de OSC para uma jornada transformadora de género é uma adaptação da Ferramenta Aceleradora da ATG para Pôr fim ao Casamento Infantil do Programa Global do UNFPA-UNICEF. Foi implementado em fase piloto em 2022 pelar *Girls Not Brides* em Moçambique e na Nigéria, e será publicado em 2023.

Interessado na sua própria jornada ATG? Entre em contacto com o secretariado da *Girls Not Brides*, ou contacte um dos nossos membros do painel que partilhou as suas perspectivas da experiência até então.

- A jornada transformadora de género:
 - Deu-nos a oportunidade de aguçar as nossas competências e perspectivas analíticas sobre as muitas e interligadas causas subjacentes à desigualdade de género e a relação com as uniões precoces e o casamento infantil.
 - Ajudou-nos a conhecermo-nos melhor, a sermos mais claros sobre os nossos pontos fortes e onde precisamos de fazer melhorias para ultrapassar os obstáculos aos direitos das raparigas e à agência
 - Ajudou-nos a construir uma compreensão partilhada das dinâmicas e estruturas de poder que reforçam as desigualdades de género, incluindo como as normas e os papéis de género prescritos perpetuam essas desigualdades e as ligações com a autonomia corporal e a violência baseada no género.
 - Redobramos o nosso empenho em centrar as necessidades e a experiência vivida pelas raparigas e mulheres em toda a sua diversidade, particularmente as que correm maior risco de casamento infantil.
 - Encorajou-nos a aproveitar os conhecimentos especializados no seio da nossa própria coligação.
 - Põe-nos a pensar em como transformar as masculinidades prejudiciais e envolvermo-nos mais eficazmente com os líderes tradicionais e religiosos. Além disso, que abordagens a adoptar na transformação do poder, privilégios e normas discriminatórias no diálogo sensível ao contexto.
 - Fez-nos pensar mais sobre como construir o agência económica e a liderança das raparigas, dada a ligação entre o casamento infantil e a pobreza e a necessidade de alternativas económicas ao casamento infantil.
 - Encorajou-nos a estar mais atentos à utilização de uma linguagem não sexista, inclusiva e baseada em direitos na nossa advocacia, e no nosso trabalho com as comunidades.
 - Recarregou as nossas energias como um colectivo, estamos a partilhar a nossa aprendizagem, e a comunicar melhor e a afastar-nos da nossa abordagem em silos.

"Aquele que usa os sapatos sabe onde mais apertam. "

"O que eles [líderes religiosos e tradicionais] dizem e o que eles acreditam influencia também nas crenças das pessoas que eles lideram. "